



# **Prefeitura do Município de** **Trabiju**

ESTADO DE SÃO PAULO

## **DECRETO Nº 987, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020.**

“Regulamenta a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a qual dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal, no âmbito do Poder Executivo do Município de Trabiju e dá outras providências.”

**MARCOS ANTONIO PEREZ**, Prefeito Municipal de Trabiju, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais e,

CONSIDERANDO a recomendação das autoridades para com a regulamentação da Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013) nos Municípios;

CONSIDERANDO que o Município de Trabiju visa garantir eficiência e eficácia no planejamento das políticas públicas;

CONSIDERANDO a necessidade de fazer cumprir as medidas administrativas no que tange à responsabilização de pessoas jurídicas,

### **DECRETA:**

#### **CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º-** Este Decreto dispõe sobre a regulamentação, no âmbito do Poder Executivo Municipal, da responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas, de que trata a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal.

#### **CAPÍTULO II – DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**Art. 2º-** A apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica que possa resultar na aplicação das sanções previstas no art. 6º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**Art. 3º-** A competência para a instauração e para o julgamento do PAR é do Diretor Municipal do órgão em face do qual foi praticada a irregularidade.

**Parágrafo único.** Em se tratando de entidades da Administração Indireta, a competência é do Diretor Municipal do órgão ao qual a entidade se encontra vinculada.



# **Prefeitura do Município de** **Trabiçu**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

**Art. 4º-** O processo administrativo de que trata o artigo 2º deste Decreto respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa, observando-se o disposto no Capítulo IV, da Lei Federal nº 12.846/13.

**Art. 5º-** A instauração do processo administrativo para apuração de responsabilidade administrativa dar-se-á mediante portaria a ser publicada no meio de comunicação oficial do Município e deverá conter:

- I- O nome, o cargo e matrícula dos membros integrantes da comissão;
- II- A indicação do membro que presidirá a comissão;
- III- O número do processo administrativo onde estão narrados os fatos a serem apurados; e
- IV- O prazo para a conclusão do processo.

**Art. 6º-** O PAR será conduzido por comissão processante composta por dois ou mais servidores estáveis e exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo, sempre que necessário à elucidação do fato e à preservação da imagem dos envolvidos, ou quando exigido pelo interesse da Administração Pública, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

**Art. 7º-** O prazo para conclusão do PAR não excederá 180 (cento e oitenta) dias, admitida prorrogação por igual período.

**Art. 8º-** Instaurado o PAR, a comissão processante analisará os documentos pertinentes e intimará a pessoa jurídica para que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação, apresente defesa escrita e especifique as provas que pretende produzir.

**Art. 9º-** As intimações serão feitas por qualquer meio que assegure a certeza de ciência por parte da pessoa jurídica acusada.

**Parágrafo único.** Estado a parte estabelecida em local incerto, não sabido ou inacessível, ou caso não tenha êxito a intimação como dispõe o *caput* deste artigo, a nova intimação será feita por meio de edital.

**Art. 10-** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a pessoa jurídica poderá apresentar novas alegações acerca do que foi produzido, no prazo de 10 (dez) dias, contado do encerramento da instrução probatória.

**Art. 11-** Caso a pessoa jurídica apresente em sua defesa informações e documentos referentes à existência e ao funcionamento de programa de integridade, a



# **Prefeitura do Município de** **Trabiçu**

ESTADO DE SÃO PAULO

comissão processante deverá examiná-lo segundo os parâmetros indicados em Regulamento do Poder Executivo Federal, nos termos do parágrafo único do art. 7º, da Lei Federal nº 12.846/13, para subsidiar a dosimetria da multa a ser proposta.

**Art. 12-** Concluídos os trabalhos de apuração, a comissão elaborará relatório final a respeito dos fatos apurados, o qual deverá ser conclusivo quanto à responsabilização da pessoa jurídica.

**§ 1º-** O relatório final do PAR será julgado no prazo de 30 (trinta) dias, sendo imprescindível manifestação jurídica prévia, elaborada pelo órgão de assistência jurídica competente.

**§ 2º-** A comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Ministério Público de sua existência, para apuração de eventual delito.

**§ 3º-** Na hipótese de decisão contrária ao relatório da comissão, esta deverá ser fundamentada com base nas provas produzidas no PAR.

**Art. 13-** Caberá pedido de reconsideração à autoridade julgadora, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data de publicação da decisão.

**Art. 14-** Encerrado o processo na esfera administrativa, a decisão final será publicada no meio de comunicação oficial do Município.

**Art. 15-** A pessoa jurídica contra a qual foram impostas sanções no PAR e que não interpuser recurso, deverá cumpri-las no prazo de 30 (trinta) dias, contado do fim do prazo para interposição do pedido de reconsideração.

**Parágrafo único.** Mantida a decisão administrativa sancionadora, será concedido à pessoa jurídica o mesmo prazo previsto no *caput* deste artigo, para cumprimento das sanções que lhe foram impostas, contado da data de publicação da nova decisão.

## **CAPÍTULO III – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DOS ENCAMINHAMENTOS JUDICIAIS**

**Art. 16-** As pessoas jurídicas estão sujeitas às seguintes sanções administrativas, conforme artigo 6º, da Lei Federal nº 12.846/13:

**I-** Multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e



# **Prefeitura do Município de** **Trabiju**

ESTADO DE SÃO PAULO

II- Publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora.

**Art. 17-** A multa levará em consideração a gravidade e a repercussão social da infração, bem como os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade.

**Art. 18-** Para o cálculo da multa, devem ser considerados os elementos presentes no artigo 7º, da Lei Federal nº 12.846/13.

**§ 1º-** A existência e quantificação dos elementos de dosimetria da multa devem estar evidenciadas no relatório final da comissão, o qual também conterá a estimativa, sempre que possível, dos valores da vantagem auferida e da pretendida.

**§ 2º-** O valor da vantagem auferida ou pretendida equivale aos ganhos obtidos ou pretendidos pela pessoa jurídica que não ocorreriam sem a prática do ato lesivo, somado, quando for o caso, ao valor correspondente a qualquer vantagem indevida prometida ou dada a agente público ou a terceiros a ele relacionados.

**Art. 19-** O valor final da multa deverá ficar entre 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, o qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

**§ 1º-** Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica no ano anterior ao da instauração do PAR, a multa será calculada entre R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

**§ 2º-** Em qualquer hipótese, o valor final da multa não poderá exceder a 03 (três) vezes a vantagem pretendida ou auferida.

**Art. 20-** O prazo para pagamento da multa será de 30 (trinta) dias, contado na forma estabelecida pelo artigo 15 do presente Decreto.

**Art. 21-** A pessoa jurídica sancionada publicará a decisão condenatória em meios de comunicação no Município, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e em seu sítio eletrônico e afins, caso existentes.

## **CAPÍTULO IV – DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE**

**Art. 22-** Para fins do disposto neste Decreto, o programa de integridade consiste, no que tange a uma pessoa jurídica, de um conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo



# **Prefeitura do Município de** **Trabiçu**

ESTADO DE SÃO PAULO

de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

**Parágrafo único.** O programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as regras estabelecidas em regulamento do Poder Executivo Federal, conforme parágrafo único do artigo 7º, da Lei Federal nº 12.846/13.

## **CAPÍTULO V – DO ACORDO DE LENIÊNCIA**

**Art. 23-** O acordo de leniência será celebrado com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/13, e dos ilícitos administrativos previstos na Lei Federal nº 8.666/93, com vistas à isenção ou à atenuação das respectivas sanções, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, observados os requisitos previstos nos artigos 16 e 17, da Lei Federal nº 12.846/13.

**Art. 24-** Compete à autoridade máxima do órgão municipal responsável pelo controle interno celebrar acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Municipal, nos termos do Capítulo V, da Lei Federal nº 12.846/13, sendo vedada a sua delegação.

**Art. 25-** O acordo de leniência será proposto pela pessoa jurídica, por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social, ou por meio de procurador com poderes específicos para o referido ato, observado o disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 12.846/13.

**§ 1º-** A proposta do acordo de leniência receberá tratamento sigiloso, conforme previsto no § 6º, do artigo 16, da Lei Federal nº 12.846/13, e tramitará em autos apartados ao PAR.

**§ 2º-** A proposta do acordo de leniência poderá ser feita até a conclusão do relatório a ser elaborado no PAR.

**§ 3º-** A apresentação da proposta de acordo de leniência deverá ser realizada por escrito, com a qualificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes, devidamente documentada, e deverá conter, no mínimo:

- I- A previsão de identificação dos demais envolvidos no suposto ilícito, quando couber;
- II- O resumo da prática supostamente ilícita; e
- III- A descrição das provas e documentos a serem apresentados na hipótese de sua celebração.



# Prefeitura do Município de Trabiçu

ESTADO DE SÃO PAULO

**§ 4º-** Uma vez proposto o acordo de leniência, a autoridade competente nos termos do artigo 24 deste Decreto poderá requisitar cópia dos autos de processos administrativos em curso em outros órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal, relacionados aos fatos objeto do acordo.

**Art. 26-** Uma vez apresentada a proposta de acordo de leniência, a autoridade competente designará comissão composta por 02 (dois) servidores estáveis para a negociação do acordo.

**Art. 27-** Compete à comissão responsável pela condução da negociação:

I- Esclarecer à pessoa jurídica proponente os requisitos legais necessários à celebração do acordo de leniência;

II- Avaliar os elementos trazidos pela pessoa jurídica proponente que demonstrem:

- a) Ser a primeira a manifestar interesse em cooperar com a apuração de ato lesivo específico, quando tal circunstância for relevante;
- b) A admissão de sua participação na infração administrativa;
- c) O compromisso de ter cessado completamente seu envolvimento no ato lesivo; e
- d) A efetividade da cooperação ofertada pela proponente às investigações e ao processo administrativo.

III- Propor a assinatura de memorando de entendimentos;

IV- Proceder à avaliação do programa de integridade, caso existente, nos termos estabelecidos em regulamento do Poder Executivo Federal;

V- Propor cláusulas e obrigações para o acordo de leniência que, diante das circunstâncias do caso concreto, repute-se necessárias para assegurar:

- a) A efetividade da colaboração e o resultado útil do processo;
- b) O comprometimento da pessoa jurídica em promover alterações em sua governança que mitiguem o risco de ocorrência de novos atos lesivos;
- c) A obrigação da pessoa jurídica em adotar, aplicar ou aperfeiçoar programa de integridade; e
- d) O acompanhamento eficaz dos compromissos firmados no acordo de leniência.

**Parágrafo único.** O relatório conclusivo acerca das negociações será submetido pela comissão à autoridade competente, sugerindo, de forma motivada, quando for o caso, a aplicação dos efeitos previstos no artigo 31 deste Decreto.

**Art. 28-** Após manifestação de interesse da pessoa jurídica em colaborar com a investigação ou a apuração de ato lesivo previsto na Lei Federal nº 12.846/13, poderá ser firmado memorando de entendimentos com a autoridade competente para celebrar o acordo de leniência, a fim de formalizar a proposta e definir os parâmetros do acordo.



# Prefeitura do Município de Trabiju

ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 29-** A fase de negociação do acordo de leniência deverá ser concluída no prazo de 90 (noventa) dias, contados da apresentação da proposta, podendo ser prorrogado por igual período, caso presentes circunstâncias que o exijam.

**§ 1º-** A pessoa jurídica será representada na negociação e na celebração do acordo de leniência por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social.

**§ 2º-** Em todas as reuniões de negociação do acordo de leniência haverá registro dos temas tratados, por meio de elaboração de atas de reunião assinadas pelos presentes, as quais serão mantidas em sigilo, devendo uma das vias ser entregue ao representante da pessoa jurídica.

**Art. 30-** A qualquer momento que anteceda a celebração do acordo de leniência, a pessoa jurídica proponente poderá desistir da proposta ou a autoridade competente pela negociação rejeitá-la.

**§ 1º-** A desistência da proposta de acordo de leniência ou sua rejeição:

**I-** Não importará em confissão quanto à matéria de fato nem em reconhecimento da prática do ato lesivo investigado pela pessoa jurídica; e

**II-** Implicará a devolução, sem retenção de cópias, dos documentos apresentados, sendo vedado o uso desses ou de outras informações obtidas durante a negociação para fins de responsabilização, exceto quando a administração pública tiver conhecimento deles por outros meios.

**§ 2º-** O não atendimento às determinações e solicitações da autoridade competente durante a etapa de negociação importará a desistência da proposta.

**Art. 31-** A celebração do acordo de leniência poderá:

**I-** isentar a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II, do artigo 6º, e no inciso IV, do art. 19, da Lei Federal no 12.846/13;

**II-** Reduzir em até 2/3 (dois terços), nos termos do acordo, o valor da multa aplicável, prevista no inciso I, do artigo 6º, da Lei Federal nº 12.846/13; e

**III-** Isentar ou atenuar, nos termos do acordo, as sanções administrativas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, ou em outras normas de licitações e contratos cabíveis.

**§ 1º-** Os benefícios previstos no *caput* ficam condicionados ao cumprimento do acordo.

**§ 2º-** Os benefícios do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integrem o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que tenham firmado o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.



# **Prefeitura do Município de** **Trabiçu**

ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 32-** No caso de descumprimento do acordo de leniência:

I- A pessoa jurídica perderá os benefícios pactuados e ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 03 (três) anos, contados do conhecimento pela Administração Pública do referido descumprimento;

II- O PAR, referente aos atos e fatos incluídos no acordo, será retomado; e

III- Será cobrado o valor integral da multa, descontando-se as frações eventualmente já pagas.

**Parágrafo único.** O descumprimento do acordo de leniência será registrado no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, administrado pelo Poder Executivo Federal.

**Art. 33-** Concluído o acompanhamento do acordo de leniência, este será considerado definitivamente cumprido com a declaração da isenção ou cumprimento das respectivas sanções.

## **CAPÍTULO VI – DOS CADASTROS**

**Art. 34-** Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS informações referentes às sanções administrativas impostas a pessoas físicas ou jurídicas que impliquem restrição ao direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública Municipal, entre as quais:

I- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, conforme disposto no inciso III, *caput* do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

II- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme disposto no inciso IV, do *caput*, do artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93;

III- Impedimento de licitar e contratar com União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

IV- Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no artigo 47, da Lei Federal nº 12.462, de 04 de agosto de 2011;





# **Prefeitura do Município de** **Trabiju**

ESTADO DE SÃO PAULO

**V-** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso IV, do *caput*, do artigo 33, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; e

**VI-** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme disposto no inciso V, do *caput* do artigo 33, da Lei Federal nº 12.527/11.

**Art. 35-** Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, informações referentes:

**I-** Às sanções impostas com fundamento na Lei Federal nº 12.846/13; e

**II-** Ao descumprimento de acordo de leniência celebrado com fundamento na Lei Federal nº 12.846/13, nos termos do parágrafo único do artigo 32 deste Decreto.

**Parágrafo único.** As informações sobre os acordos de leniência celebrados com fundamento na Lei Federal nº 12.846/13, serão registradas no CNEP após a celebração do acordo, exceto se causar prejuízo às investigações ou ao processo administrativo.

**Art. 36-** Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura e divulgação no site oficial do Município, com a consequente publicação.

Trabiju, 19 de novembro de 2020.

MARCOS ANTÔNIO PEREZ  
Prefeito Municipal

Registrada, publicada e afixada na Secretaria e no átrio desta Prefeitura Municipal na data supra, nos termos do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal.